

# O "não" do Ministério Público

GDF defende proposta alegando que gastos com terceirização são os mesmos

AFRÂNIO PEDREIRA

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde (Prosus), o Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público de Contas do Distrito Federal (MPC-DF) disseram não à Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES) na contratação de terceiros para a execução de serviços de anestesiologistas, laboratoriais e de imagens que excedessem às demandas no atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A decisão, divulgada na manhã de ontem durante entrevista coletiva, foi entregue ao secretário de Saúde, José Geraldo Maciel, na tarde da última quarta-feira. Mesmo assim, o governador José Roberto Arruda afirma que vai insistir no projeto.



DENISE BENEVIDES / GDF

**Segundo secretário, governo está amparado na Constituição**

Para decidir sobre o pleito, argumentos para o MPDFT não faltaram. Para a promotora da 2ª Prosus, Cátia Gisele Vergara, a terceirização só seria cabível se o serviço, ora oferecido pela rede pública de saúde, fosse realizado de maneira eficiente, já que é puramente de responsabilidade do Estado. "Essa não é a realidade

do DF", enfatizou. Segundo ela, o demonstrativo financeiro e contábil apresentado pela Secretaria de Saúde não comprova menor preço nos serviços que são executados na iniciativa privada em confronto com o setor público.

Para o procurador do Trabalho, Valdir Pereira da Silva, a solicitação do governo não

atende requisitos constitucionais e destacou o caso do Programa Saúde da Família. Em 1999, o MPT, numa ação contra a Fundação Zerbini e o Instituto Candango de Solidariedade (ICS), constatou irregularidade quanto a contratação de pessoal, sem nenhuma observância aos procedimentos licitatórios. "Esse modelo já foi reprovado antes", lembrou.

O argumento do GDF de que estaria no limite dos gastos da Lei de Responsabilidade Fiscal, segundo a procuradora-geral do MPC, Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, não procede. Para ela, tanto a terceirização quanto a contratação de concursados teriam os mesmos gastos. Nos dois casos, faz-se necessário a aprovação, pela Câmara Legislativa do DF, de Projeto de Lei da criação de novos cargos e a realização de concurso público e, ainda, estudo minucioso de reestruturação e revitalização das áreas de saúde que pretende terceirizar. Apesar dos argumentos do Ministério Público, o governador José Roberto Arruda afirma que vai insistir na proposta da terceirização.

## Terceirização

A idéia do GDF é terceirizar serviços de anestesia, raio-x e de laboratório da rede pública do DF. A Prosus contestou a iniciativa, logo quando, em solenidade no Hospital Regional do Gama (HRG), o secretário de Saúde José Geraldo Maciel, preparava para o lançamento de edital. O órgão do judiciário alega que a medida é inconstitucional.

Segundo o secretário de Saúde, o GDF se ampara na própria Constituição Federal para realizar a terceirização dos serviços. Ele afirma que os serviços serão complementares, em encontro, na semana passada, no MPDFT. Maciel explicou que os exames continuariam sendo feitos nos hospitais públicos. "No Hospital do Gama, por exemplo, há uma fila de 74 pessoas para fazer exames. A rede tem capacidade para fazer apenas 50. Os 24, seriam atendidos pela iniciativa privada", justificou. Os procedimentos seriam pagos por tabela fixada do Sistema Único de Saúde, fator que, na visão do governo, diminuiria custos.